



Sem cobrança

Ontem postamos aqui sobre a decisão do governador Ronaldo Caiado de acabar com o Fundeinfra, mais conhecido com taxa do agro. O projeto de lei de autoria do Governo de Goiás que formaliza o encerramento da cobrança do Fundo Estadual de Infraestrutura aos produtores rurais estabelece que os efeitos da norma sejam retroativos a 31 de dezembro de 2025. Ou seja, a medida garante que não haja incidência da contribuição sobre as operações realizadas a partir de janeiro deste ano. Com isso, a cobrança referente à competência de janeiro passado, cujo vencimento ocorreria justamente hoje, deixa de ser devida. Não haverá, portanto, recolhimento da parcela.

Nova cena

Mais um capítulo na novela Wilder versus Gayer. É que a reunião marcada para hoje, na sede do **PL** em Goiânia, foi organizada para oficializar o lançamento da pré-candidatura do senador Wilder Moraes ao governo de Goiás. A mobilização feita ao longo da semana tem o objetivo de produzir imagem de unidade e dar a largada pública no projeto. Prefeitos, deputados, vereadores e dirigentes foram procurados diretamente pelo grupo do senador com pedido de comparecimento. A ideia é mostrar que a candidatura saiu do campo das conversas e passou a ter calendário. A possível presença de Valdemar Costa Neto, até ontem à noite não confirmada, tem o objetivo de mostrar que Wilder tem respaldo da direção nacional, ponto central na disputa interna do PL em Goiás. O encontro acontece há uma semana da visita de Wilder ao ex-presidente Jair Bolsonaro, na Papudinha, em Brasília, em que o senador garante ter obtido o aval para o projeto solo em Goiás.

Substituição

Mais um treinador estrangeiro no futebol brasileiro. Após demitir o técnico Jorge Sampaoli, o Atlético-MG acertou com outro argentino. Segundo a ESPN da Argentina, o técnico Eduardo Domínguez, do Estudiantes, será o novo comandante da equipe mineira. Segundo a publicação, Domínguez comandará o Estudiantes pela última vez hoje contra o El Pincha. Eduardo Domínguez chegou ao Estudiantes em 2023. Ele havia renovado o contrato com o time, que é o atual campeão argentino, até 2027.

Sem truques

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino, proibiu a criação de leis ou atos normativos que criem pagamentos acima do teto remuneratório constitucional, os chamados *penduricalhos*. A decisão é de ontem. Atualmente, os agentes públicos podem receber até 46 mil e 300 reais. A vedação aplicada por Dino inclui salários e verbas indenizatórias, que são as gratificações e auxílios que servidores recebem e podem extrapolar o teto. Dino já havia determinado, em 5 de fevereiro, a suspensão do pagamento de penduricalhos não previstos em lei em todos os níveis da federação. Ontem ele implementou uma medida para evitar a criação de estratégias para driblar a situação. Ele disse que é fundamental evitar inovações fáticas ou jurídicas que impeçam a estabilização da determinação constitucional, o que poderia embarçar deliberações que, no terreno jurisdicional, cabem exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal, detentor da prerrogativa de fixar a última palavra em interpretação da Constituição.